

COMUNICAÇÃO E CIDADE: CONFLITOS ENTRE APROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS (SC-BRASIL)

Míriam Santini de Abreu
Instituto Cidade e Território (ITCidades)
misabreu70@gmail.com

A legitimação do turismo como “vocação natural” de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil, parte dela localizada na Ilha de Santa Catarina, move a produ o da ideologia pelos grupos dominantes e consolidou o slogan “Ilha da Magia”. Em 1991, com a cria o do mercado comum entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, a capital catarinense passou a ser divulgada pelo governo local como “A Capital Turística do Mercosul”. Florianópolis compõe uma porão litorânea cobiçada, tendo como destaque o município de Balneário Camboriú. Santa Catarina representa o estado com maior intensidade do fen meno da verticaliza o urbana no período de 2000 a 2022, com incremento percentual de 13,19%, o maior do Brasil, sendo Balneário Camboriú a segunda cidade mais verticalizada do país (LUDWIG, 2025, p. 38).

Mas, de forma mais expressiva que Balneário Camboriú, do qual   distante 85 quil metros, Florianópolis historicamente apresenta conflitos entre apropria o e domina o, deixando   mostra inúmeros processos de resistência dos quais os mais recentes são contra a chamada verticaliza o sob as palavras de ordem “VERTICALIZA O NÃO”.

A rela o entre apropria o e domina o   pensada na perspectiva tridimensional da teoria do espaço (social) de H. Lefebvre: no terreno espacial, no terreno social e no terreno simbólico. Lefebvre faz uma distin o importante entre apropria o e domina o, ou espaços apropriados e espaços dominados. O espaço dominado pode ser exemplificado por espaços naturais transformados por uma técnica ou uma prática, como as auto-estradas, a arquitetura militar, os trabalhos de diques e de irriga o: “O espaço dominado   geralmente fechado, esterilizado, vazio. Seu conceito só adquire sentido ao ser contrastado com o conceito oposto e inseparável de apropria o” (LEFEBVRE, 2013, p. 213). As forças armadas, a guerra, o Estado e o poder político, diz o autor, têm importante papel no aumento da domina o. Já o espaço apropriado   aquele modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo.

Segundo Lefebvre, a oposi o “dominado-apropriado” não se limita a um contraste discursivo. Ela implica um conflito que se desenvolve até a vitória de um dos termos em luta: a domina o subjugando a apropria o, mas não o suficiente para que a última desapareça: “Ao contrário: a prática e o pensamento teórico proclamam sua importância e reclamam sua restitui o” (LEFEBVRE, 2013, p. 214). Para Lefebvre, o campo desta disputa   o cotidiano, espaço-tempo onde, diante das coer oes do espaço concebido, o espaço dos tecnocratas, pode se dar a “rebelião do vivido” (LEFEBVRE, 1999, p. 164).

O autor explica que quanto mais funcionalizado está um espaço, ou seja, dominado pelos que o manipulam e o querem monofuncional, menos ele se presta   apropria o: “Por que? Porque se situa fora do tempo *vivido*, tempo diversificado e complexo experimentado pelos usuários. Sem d vida, o que adquire um indivíduo quando compra um espaço? Tempo” (LEFEBVRE, 2013, p. 389, com grifo no original).

Assinala-se que, nas conclusões de seu livro seminal, “A produ o do espaço”, Lefebvre afirma que as línguas, todas em geral e cada uma em particular, expressam pobremente o tempo social e a prática social e, para a realidade urbana, escasseiam as palavras, e assim   preciso desconstruir e reconstruir as línguas e as linguagens pela e

na prática social (espacial) (LEFEBVRE, 2013, p. 443). Uma de suas referências é às palavras *usager* e “*usager*” (no francês) com aspas, para as quais propõe conteúdos diferenciados.

Seabra (1996, p. 78) assume por *usager* o usuário e por “*usager*” o usador. A história, diz a autora, já registra a metamorfose do usuário em usador, aquele que usa sem mediação: “De modo que para o usuário estão os modos de consumo, com o que se forja a identidade do consumidor, enquanto para o usador estão relações de qualidade que implicam fluxos de sentidos ligados à realização de energias vitais: o espaço do corpo, os alimentos, o sono... (SEABRA, 1996, p. 78).

A oposição usuário/usador é bastante rica para a reflexão sobre os processos de dominação/apropriação em Florianópolis, onde as ocupações remetem às décadas de 1980 e 1990, com a redemocratização do país, e ligam-se ao processo de construção histórica e política da “vocalização turística natural” da capital catarinense, que gerou impactos no espaço urbano. Esse processo implicou ideologias usadas desde a década de 1950 como instrumentos políticos pelos grupos dominantes da cidade. As ocupações irrompem no cotidiano de Florianópolis, desafiando essas ideologias e estabelecendo tensões entre o espaço concebido por esses grupos e o espaço vivido por parte expressiva da população, produzindo representações mais ou menos visibilizadas nas coberturas jornalísticas, nas quais historicamente aparecem as lutas “dos contra”.

A expressão, segundo Lohn (2016), foi uma das mais caras no vocabulário político de Florianópolis. Desde o início da década de 1990, assinala o autor, as manifestações de pessoas, grupos e movimentos sociais críticos a projetos públicos e privados de intervenção urbana feitos em nome dos interesses turísticos são desqualificadas por provirem “dos contra”. A expressão foi largamente usada em uma campanha publicitária em 1991 e 1992, criada pela agência publicitária Propague e patrocinada pelos “Amigos de Florianópolis” – formada principalmente por empresários do ramo turístico (ABREU, 2019).

Os principais alvos da campanha eram ambientalistas e vereadores que bloqueavam o andamento de projetos na Câmara Municipal favoráveis às demandas de empresários da área turística. A 11ª legislatura da Capital, de 1989 a 1992, ficou marcada por sua combativa bancada de oposição (eram Clair Castilhos, Jalila El Achkar, João Guizoni, Ricardo Baratieri, Vilson Rosalino da Silveira e Vitor Sérgio Schmidt). O prefeito era Esperidião Amin, tendo em 1990 assumido o vice, Antônio Henrique Bulcão Viana. O movimento ambientalista de Florianópolis já se organizava desde a década de 1970, mas a partir de 1985 se fortalece, insurgindo-se contra os efeitos da acelerada especulação imobiliária na Ilha.

A campanha dos empresários deixou de ser exibida depois que três representações foram apresentadas e acolhidas pelo CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária), mas a expressão “dos contra” permaneceu, agregando hoje, nas colunas dos veículos das mídias tradicionais, as expressões “ecochatos”, “militantes”, “ideólogos da esquerda”, “ativistas da esquerda” e “turma do atraso”.

Em Florianópolis, uma das mais representativas lutas populares é por uma área de lazer, por ter iniciado ainda nos anos 1980 e sem desfecho em 2025, caracterizando um longo processo de resistência. Trata-se do conflito em torno da chamada Ponta do Coral, na avenida Governador Irineu Bornhausen, quase na frente do Palácio da Agrônômica, também chamado de Casa do Governador. A Ponta do Coral, outrora chamada de Ponte do Recife, é uma pequena extensão de terra em forma de promontório, com 14.950,71 m², que permaneceu depois dos aterros feitos para a construção da Via de Contorno Norte-Ilha.

A venda da Ponta do Coral provocou protesto já em novembro de 1980, quando acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ocuparam o terreno em um fim de semana de lazer com atividades artísticas e culturais com a população local (JUSTEN, 2017, p. 188). Essa manifestação pioneira, afirma Justen, é representativa de uma longa tensão entre os interesses do

capital imobiliário e parte da opinião pública e da população locais, dando origem, em 2011, ao Movimento Ponta do Coral 100% Pública (JUSTEN, 2017, p. 188). Ao longo dos anos 1980 até 2010, a Ponta do Coral volta e meia aparecia na cobertura jornalística em função das mudanças de zoneamento previstas na legislação urbanística e das reiteradas tentativas de construção de um hotel no terreno. Em 2010, a Nova Próspera Mineração S/A e a empresa Hantei Construções e Incorporações Ltda. anunciaram o megaempreendimento Parque Hotel Marina Ponta do Coral, firmando protocolo de intenções com o município de Florianópolis para viabilizar o empreendimento.

O hotel foi planejado para ter 18 andares, 661 apartamentos, 51 lojas, 1.000 vagas de estacionamento de carros, heliponto, 9 praças públicas, anfiteatro ao ar livre, 2 playgrounds, marina com 247 vagas náuticas, sendo necessária, para essa estrutura, um aterro de 34.646,00 m². Com a publicização da proposta, o Movimento Ponta do Coral 100% Pública surge, em 2011, afirma Justen, para encampar e dar continuidade à trajetória de tensões entre os interesses do capital imobiliário na região e as expectativas de parte da população/opinião pública local por áreas públicas de lazer.

Além de protestar contra o empreendimento hoteleiro, o Movimento Ponta do Coral 100% Pública elaborou uma contraproposta para a área chamada de Parque Cultural das 3 Pontas (Ponta do Coral, Ponta do Lessa e Ponta do Goulart).

Em 2015, depois de uma série de desdobramentos no âmbito do Executivo e do Legislativo de Florianópolis, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal, a Hantei obteve a Licença Ambiental Prévia para instalação do hotel, para a qual retirou do projeto a marina. O fato caracterizou um marco porque, em 35 anos de tentativas, as propostas para construção de hotel na Ponta do Coral nunca haviam obtido licenças ambientais, e em 2015, portanto, a pretensão do proprietário/empreendedor era passível de concretização iminente (JUSTEN, 2017, p. 195).

Em resposta, o Movimento Ponta do Coral 100% Pública impulsionou uma série de ações de resistência naquele ano, como 1) atos na frente de órgãos públicos; 2) mutirões de limpeza; 3) Enterro dos Ossos no Carnaval, ato simbólico no qual os participantes “enterraram” o projeto do Parque Hotel Marina Ponta do Coral; 4) Maratona Cultural em março, no aniversário de Florianópolis; 4) evento “35 primaveras de luta pela Ponta do Coral”, em dezembro (JUSTEN, 2017, p. 201-3). No Carnaval, o Movimento idealizou uma marcha intitulada “Ponta do Coral – Amor à natureza”, cuja letra foi considerada, pela Hantei, atentatória à honra e à imagem da empresa e de seu diretor-presidente. Em resposta, a empresa ajuizou uma ação de indenização de danos morais contra o autor da letra, militante do Movimento, levando a uma campanha para angariar apoio e recursos para a sua defesa: “Nesse sentido, [a atitude do empreendedor] contribuiu também para fortalecer a causa do movimento, ao sublinhar o antagonismo existente e, como tal, reforçar a identidade e a demanda defendidas pelo movimento” (JUSTEN, 2017, p. 201). Em agosto de 2015, o Movimento realizou, na Ponta do Coral, a ocupação intitulada “Canto da Mordaça”, em referência à ação da Hantei.

Ao longo de 45 anos, a disputa pela Ponta do Coral caracteriza uma das mais ilustrativas lutas em Florianópolis entre o concebido e o vivido no espaço urbano, expondo no cotidiano o confronto entre valor de uso (o Parque Cultural) e valor de troca (o hotel) e nele evidenciando um conflito mais amplo, por diferentes projetos de cidade. Como afirma Seabra ao abordar a insurreição do uso em Lefebvre, o “(...) conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação” (SEABRA, 1996, p. 79). Uma das palavras de ordem ali bradadas quando há atividades expressa esse desejo: “Ponta do Coral, ela é do povo, não é do capital”.

Expressa-se, na luta pela Ponta do Coral como Parque Cultural, a ideia do apropriar-se não como ter em propriedade, e sim apropriar-se para fazer uma obra, modelá-la, no espaço vivido em que o corpo pode se insurgir como pleno usador do espaço e experimentar a espontaneidade sem estar submetido ao valor de troca característico das atividades de lazer ligadas à exploração turística, a dos usuários. Em

outubro de 2025, o Movimento organizou o “Encontro de 45 Primaveras de Luta pela Ponta do Coral”.

Paralelas à da Ponta do Coral, em Florianópolis há uma série de outras lutas e movimentos que, desde os anos 1980, se organizam contra as drásticas mudanças no espaço urbano realizadas sob o manto da “vocação turística”, em especial nos embates envolvendo alterações no Plano Diretor do município, as mais recentes em 2014 e 2023. Os movimentos tiveram e têm contado essas lutas em materiais impressos e, em anos mais recentes, em sítios na internet e nas redes sociais. A trajetória de um expressivo conjunto de m dias independentes também visibiliza o enlace de veículos com as lutas dos movimentos.

Do ponto de vista do jornalismo, este ensaio toma o papel da imprensa tradicional/hegem nica como o de manutenção da ordem social e, em contrapartida, o da imprensa independente/alternativa/contra-hegem nica como o de crítica a esta ordem para a construção de outro modo de organização social.

A imprensa alternativa da capital catarinense   citada no levantamento feito por Kucinski (2003) sobre a imprensa alternativa brasileira entre 1964 e 1980. Aparecem os nomes dos veículos *Desterro*, *Contestado*, *Afinal* e *Denúncia*. O *Contestado*, um tabloide mensal,   referenciado com um dos que surgiu em fevereiro de 1977 como dissidência do *Movimento*, um dos mais conhecidos jornais de resistência   ditadura. O *Afinal* foi fundado em maio de 1980 por jornalistas que haviam sido demitidos do jornal *O Estado*, tendo encerrado suas atividades em 1982. Dos anos 1980 aos anos 2010, apareceram o *Jornal das Comunidades*, publicação da então Coordenação da Comissão de Associações de Moradores de Florianópolis, o jornal *Fala Campeche*, que expressava a luta do distrito do Campeche pelo Plano Diretor, o *Jornal do MUCAP*, que era o Movimento Unificado contra as Privatizações, o *Tijoladas do Mosquito*, do falecido jornalista Amilton Alexandre, e a *TV Floripa*, entre outros. De 2010 para c  surgiram o *Maruim* e o *Estopim*, ambos em meio digital; em 2020, a *Folha da Cidade*; em 2024, o *Desterro Jornalismo*. Livro publicado em 2020 (ARAUJO, 2020) contou a trajetória da *Bernun a* (anos 1980), da *Folha da Lagoa* (anos 1990), do jornal *Guarapuvu*, da *Rádio Comunitária Campeche*, da *Pobres & Nojentas* e do *Portal Desacato* (anos 2000) e do *Daqui na Rede* e do *Portal Catarinas* (anos 2010). Do conjunto, continuam em atividade a *Rádio Comunitária Campeche*, a *Pobres & Nojentas*, o *Portal Desacato*, o *Portal Catarinas* e o *Desterro Jornalismo*.

A partir da pandemia de covid-19, em 2020, houve um esforço crescente dos movimentos (associações de bairro, entidades ambientalistas, coletivos) para ampliar a divulgação na internet e nas redes sociais. Em 2023, com a aprovação da Lei Complementar 739/2023, do novo Plano Diretor, os movimentos populares têm buscado lutar contra a verticalização da capital catarinense, processo acelerado pelas facilitações abertas pela nova lei. Ao longo de 2025, as atividades (atos, caminhadas, barqueatas, audiências públicas, encontros de moradores para, por simulações digitais, mostrar os impactos ambientais das novas construções, instalação de *outdoors*, campanhas em redes sociais) ocorreram em seis bairros e distritos da cidade (nas imagens).



Imagens da esq. para a dir.: celebração dos 45 anos de luta pela Ponta do Coral e cards de atos contra a verticalização. Imagens capturadas de redes sociais.

As críticas à verticalização abarcam, entre outros, os impactos socioespaciais e ambientais da acelerada expansão de novos prédios e fenômenos como a produção imobiliária destinada às plataformas digitais de aluguel de curto prazo, como o Airbnb, influenciando o aluguel de longo prazo e dificultando o acesso à moradia.

O processo de produção do espaço urbano em Florianópolis se dá pela articulação entre Estado, capital imobiliário e mídia tradicional para atender aos interesses dos grupos dominantes locais e facilitar a expansão imobiliária, beneficiando-se das esferas econômica, política e ideológica, definidas como as principais formas de controle do espaço urbano (PERES et alii, 2023). Em contrapartida, os usuários, na concepção de Lefebvre, continuam insurgindo-se no espaço vivido, produzindo comunicação própria e também visibilizando as tensões entre dominação e apropriação na mídia independente, que acolhe as vozes silenciadas pela mídia tradicional.

Bibliografia

Abreu, Míriam Santini de. (2019). *Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis*. (Tese de Doutorado). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC). <https://tede.ufsc.br/teses/PJOR0134-T.pdf>

Araújo, Ana Claudia Rocha [et al.]. (2020). *A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis*. Florianópolis, SC: Letra Editorial; Revista Pobres & Nojentas.

Justen, Carlos Eduardo. (2017). *Um olhar político sobre o fenômeno organizacional: a organização da resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública*. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC). <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182066/349192.pdf?sequence=1%20&isAllowed=y>

Kucinski, Bernardo. (2003). *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EdUSP.

Lefebvre, Henri. (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Lefebvre, Henri. (2013). *La producción del espacio*. Espanha: Capitán Swing.

Lohn, Reinaldo Lindolfo. (2016). *Artífices do futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)*. Florianópolis: Insular.

Ludwig, Leandro. (2025). *Cidades verticais: dinâmicas, tendências e desafios da verticalização das cidades brasileiras no período de 2000 a 2022*. São Paulo: Oficina de Textos.

Peres, L. F. B., Abreu, M. S. de, & Calheiros, F. V. (2023). Cidade à venda: inflexão ultraliberal na produção do espaço em Florianópolis. *Cadernos Metrópole*, 25(58), 1143–1169. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5816>

Seabra, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org.). (1996). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, págs. 71 a 86.